

OS EFEITOS DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE ARREPENDIMENTO NA HIPÓTESE DE COLIGAÇÃO DE CONTRATOS, NO REGIME DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO AO CONSUMIDOR

PAULO DUARTE*

Vice-Presidente do Conselho Distrital do Porto da
Ordem dos Advogados

EXCERTOS

“O requisito da destinação funcional implica uma espécie de consignação do contrato de crédito ao financiamento da aquisição de um bem através de um determinado contrato de compra e venda”

“O legislador não ensaia nenhuma definição de ‘unidade económica’ dos contratos integradores da coligação, deixando à ‘espiral hermenêutica’ da aplicação da norma a tarefa de, progressivamente, dar conteúdo à indeterminação do conceito”

“A coligação entre o contrato de compra e venda e o contrato de crédito é um fenómeno de eficácia jurídica ex lege e não uma manifestação jurisgénica ex contractu”

“Não há um direito geral de arrependimento que seja aplicável a todos os contratos de consumo”

1. A figura do “contrato de crédito coligado” no Regime dos Contratos de Crédito ao Consumidor (RCCC)¹

Com o propósito de “definir” o conceito de “contrato de crédito coligado”, o legislador, na alínea o) do n. 1 do art. 4º do RCCC, considera “*que o contrato de crédito está coligado a um contrato de compra e venda ou de prestação de serviços específico, se: i) O crédito concedido servir exclusivamente para financiar o pagamento do preço do contrato de fornecimento de bens ou de prestação de serviços específicos; e ii) Ambos os contratos constituírem objetivamente uma unidade económica, designadamente se o crédito ao consumidor for financiado pelo fornecedor ou pelo prestador de serviços ou, no caso de financiamento por terceiro, se o credor recorrer ao fornecedor ou ao prestador de serviços para preparar ou celebrar o contrato de crédito ou se o bem ou o serviço específico estiverem expressamente previstos no contrato de crédito*”.

Embora, literalmente, se refira ao “contrato de crédito coligado”, a “definição”² legal tem por objeto a *coligação* de contratos de que o contrato de crédito faz parte, *coligado* com o contrato de compra ou de prestação de serviços. Quer dizer, mais do que incidir sobre os contratos que se encontram em relação de coligação, identifica os elementos (os nexos) através dos quais a coligação se estabelece. A sua função lógico-normativa é a de enunciar a *hipótese* (o *Tatbestand*) da norma que, no art. 18º do RCCC, estatui os efeitos jurídicos de tal coligação. A definição legal de “contrato coligado” é, assim, uma parte (textualmente separada) da norma do art. 18º do RCCC, que completa e integra. Os específicos efeitos jurídicos (ou manifestações) da conexão coligacional entre aqueles dois contratos (o contrato de crédito e o contrato de compra e venda³) consistem, precisamente, na projeção (ou repercussão), em cada um dos contratos componentes da formação coligacional, dos efeitos (ou fenómenos de ineficácia) inicialmente produzidos na esfera do outro⁴. A coligação contratual prevista pelo legislador compreende *dois níveis de eficácia* (ou ineficácia) jurídica: no *primeiro nível*, situam-se os efeitos imediatamente produzidos na esfera de cada um dos contratos; no *segundo nível*, que depende da verificação da hipótese coligacional (isto é: da existência dos *nexos* ou *pontos de ligação* em que a coligação se apoia), ocorrem as projeções, em cada um dos contratos, dos efeitos de *primeiro nível* que afetem o outro.

O exercício do direito de arrendimento (em qualquer um dos contratos em que a coligação se polariza – o contrato de compra e venda e o contrato de crédito) gera, como veremos mais adiante, efeitos nos dois níveis: determina, *ao primeiro nível*, a ineficácia do contrato objeto do arrendimento; e, *ao*

segundo nível, operando já no interior da formação coligacional, determina a ineficácia do outro contrato, ao qual aquela se comunica.

1.1 Os elementos constitutivos da coligação

De acordo com a definição adotada pelo legislador, são dois os elementos de cuja verificação cumulativa depende a concreta ocorrência da hipótese coligacional prevista na alínea *o*) do n. 1 do art. 4º do RCCC (elementos que são, verdadeiramente, os *nexos* ou *pontos de ligação* recíproca entre os contratos de crédito e de compra e venda): é preciso, em primeiro lugar, que o crédito concedido sirva exclusivamente para financiar o pagamento do preço de um específico contrato de compra e venda; é preciso, em segundo lugar, que os dois contratos constituam “objetivamente uma unidade económica”⁵.

1.1.1 A destinação funcional da concessão do crédito

O primeiro daqueles nexos coligantes consiste, pois, numa ligação teleológica entre o contrato de crédito e o contrato de compra e venda, traduzida no fato de o crédito servir para financiar o pagamento do preço. Exige-se, portanto, que o contrato de crédito *se destine a servir* de instrumento financeiro capaz de proporcionar ao consumidor a liquidez indispensável para pagar a totalidade (ou uma parte) do preço devido ao vendedor. Esta *destinação funcional* não pode ficar encerrada no isolamento dos *motivos* individualmente determinantes de qualquer uma das partes, sem qualquer expressão no conteúdo do contrato. Por outras palavras, o requisito em apreço apenas se poderá reputar satisfeito quando entre o financiador e o consumidor se convençione que o capital adiantado pelo primeiro servirá para o pagamento do preço – quando, afinal, do conteúdo do contrato de crédito faça parte uma específica determinação do destino dos fundos adiantados. Não significa isto, contudo, que haja de impor-se uma estrita vinculação ao consumidor, no sentido de este, sob pena de responsabilidade contratual, ter de destinar a quantia mutuada a uma certa finalidade – não é preciso que se trate de um “mútuo de escopo”⁶. O que importa é que da interpretação do contrato de mútuo se possa inferir uma determinação descritiva da finalidade (*Zweckbestimmung*) reservada à quantia mutuada, sendo dispensável ir até ao ponto de a impor como objeto de um dever que ao mutuário (consumidor) se assinalasse (*Zweckbindung*).

O requisito da destinação funcional implica uma espécie de *consignação* do contrato de crédito ao financiamento da aquisição de um bem através de um determinado contrato de compra e venda. Parece ser esse o sentido do segmento do texto da alínea *o*) do n. 1 do art. 4º do RCCC em que o

legislador se refere à finalidade de financiamento do “*pagamento do preço do contrato de fornecimento de bens ou de prestação de serviços específicos*”. Creio que o substantivo a que o adjetivo “específico” se liga, qualificando-o, não é apenas o bem adquirido: é, mais restritamente ainda, o próprio *contrato*, tendo em consideração os respectivos sujeitos, em particular o vendedor. O *Tatbestand* da coligação contratual apenas se realiza, portanto, se o contrato de crédito estiver *especificamente consignado* à finalidade de financiar a aquisição de um determinado bem a um determinado vendedor (só esta *dupla determinação* cumpre a exigência de o crédito se destinar ao financiamento de um *específico* contrato de compra e venda). Não é suficiente a indicação *indeterminada* de uma certa categoria de bens ou de uma generalidade de fornecedores. Com esta configuração, ficam fora do alcance da previsão coligacional os contratos de concessão de crédito subjacentes à emissão de cartões de crédito, uma vez que estes permitem, indiscriminadamente, a aquisição de quaisquer bens ou serviços de quaisquer fornecedores que integrem a “rede” gerida pela entidade emitente.

O elemento coligante da *destinação funcional* implica ainda a *exclusividade* da *consignação específica* do contrato de crédito. Diz o legislador que o crédito deve “*servir exclusivamente para financiar o pagamento do preço do [específico] contrato*” de compra e venda. Com este requisito, parece ficarem afastados do alcance da previsão legal os contratos de crédito que, numa parte, sirvam o financiamento de uma aquisição *específica*, mas, noutra parte, estejam desligados de qualquer determinação de finalidade. Será o caso, por exemplo, de um empréstimo bancário de € 10 000,00, em que € 5 000,00 se destinam à aquisição de um certo automóvel vendido por um determinado comerciante e os restantes € 5 000,00 ficam à livre disposição do consumidor, que pode aplicar tal quantia na aquisição do que bem entender⁷. Diferentemente, o fato de o mesmo contrato de crédito se destinar ao financiamento de dois (ou mais) contratos de compra e venda, *especificamente* considerados, não impede a concretização da hipótese coligacional: decisivo não é o aspecto *quantitativo* do número de contratos de aquisição, mas o *critério qualitativo* da determinação finalística, através de uma *específica consignação* (ou afetação) do contrato de crédito⁸.

1.1.2 A unidade económica entre o contrato de compra e venda e o contrato de crédito

O segundo ponto de conexão em que se apoia a coligação é a “unidade económica” que, “objetivamente”, deve “constituir-se” entre ambos os contratos. É aqui que a influência do direito alemão mais se faz sentir: a

ideia da “unidade económica” (*Wirtschaftliche Einheit*) formada por dois contratos estruturalmente distintos foi longamente trabalhada e apurada pela jurisprudência alemã, sobretudo antes da VerbrKrG de 1991, que a consagraria legislativamente, no § 9º. Subjacente à ideia está uma opção valorativa: o desmembramento (*Aufspaltung*) de uma operação economicamente unitária em dois contratos jurídico-formalmente distintos não deve colocar o consumidor em pior situação (*Verbot der Schlechterstellung*) do que estaria se o crédito fosse diretamente concedido pelo vendedor no quadro de um (único) contrato de compra e venda a prestações¹⁰.

O legislador não ensaia nenhuma definição de “unidade económica” dos contratos integradores da coligação, deixando à “espiral hermenêutica” da aplicação da norma a tarefa de, progressivamente, dar conteúdo à indeterminação do conceito. Ainda assim, o intérprete não é deixado à deriva: também aqui continuando na senda da tradição germânica (entretanto sujeita ao refluxo da Diretiva 48/2008/CE, que inspirara), o legislador, na subalínea *ii*) da alínea *o*) do n. 1 do art. 4º do RCCC, fornece-lhe uma lista (exemplificativa) de situações em que considera existir unidade económica. A lista assenta numa *distinção* entre, por um lado, o tipo de *casos em que o financiamento é concedido pelo próprio vendedor*¹¹ e, por outro lado, o tipo de *casos em que é concedido por um terceiro*. Dentro deste segundo tipo (que compreende os casos em que o crédito é concedido por um terceiro)¹², o legislador considera que há “unidade económica” em duas situações: quando o credor “recorrer ao” vendedor “*para preparar ou celebrar o contrato de crédito*”¹³; e quando “*o bem ou serviço específico estiverem expressamente previstos do contrato de crédito*”.

Não se trata, em nenhum destes casos, de mero “indícios”, que exijam (dentro de um “sistema móvel” de pressupostos, e à semelhança da técnica dos “exemplos padrão”) uma indagação adicional sobre a sua suficiência para a concretização do conceito indeterminado da “unidade económica”. As coisas passam-se exatamente ao contrário: basta a ocorrência de qualquer um daqueles casos para afirmar a existência de unidade económica¹⁴, sem mais averiguações¹⁵. Trata-se de uma espécie de *marcadores legais imperativos* da “unidade económica” entre os contratos constitutivos da formação coligacional.

Contudo, se, como acaba de salientar-se, a presença de qualquer daqueles *marcadores legais* é *suficiente* para o estabelecimento da unidade económica, não é de fato *necessária*. Pode afirmar-se a existência de um concreta “unidade económica” entre dois contratos sem que se verifique nenhum dos casos enumerados pelo legislador. O aproveitamento desta possibilidade pressupõe (e exige) um esforço racionalizador de densificação do conceito (indeterminado) de “unidade económica”. Poupano-me a mais desenvolvimentos, creio fazer sentido recorrer aqui à experiência jurisprudencial alemã, de cujo cadinho emergiu a ideia da “unidade económica” dos contratos (que salienta o contraste entre o *plano jurídico-estrutural*, onde a *pluralidade* se evidencia, e o *plano funcional*, onde a unidade se impõe) em que se envolve o consumidor que adquire a crédito. Numa fórmula mais ou menos estabilizada, os tribunais alemães consideram que existe “unidade económica” (*wirtschaftliche Einheit*) quando, “para além da relação de meio-fim, ambos os contratos estão de tal maneira ligados que nenhum deles teria sido concluído sem o outro, ou cada um deles apenas através do outro ganha sentido”¹⁶. A par da enunciação abstrata dos traços identificadores da ideia de “unidade económica”, a jurisprudência germânica desenvolveu também um “sistema móvel” de fatos indiciadores, entre os quais avulta, pela sua força reveladora (apesar de não constar do elenco dos *marcadores legais*¹⁷), o da exclusão do consumidor da livre disponibilidade do capital mutuado pelo financiador, que é diretamente transferido para o vendedor¹⁸.

1.2 A operacionalização prática da coligação contratual

O que se foi dizendo até aqui permite compreender melhor o prático modo de operar da coligação de contratos no crédito ao consumo (*rectius*: ao consumidor). Em termos de configuração fática, e considerando o seu figurino mais vulgarizado (abstraindo da hipótese de o crédito ser concedido pelo próprio vendedor), esta hipótese de coligação contratual (frequentemente denominada “compra e venda financiada”) consiste, já o vimos, na articulação de dois contratos distintos: por um lado, um contrato de compra e venda, que liga o vendedor ao consumidor; por outro lado, um contrato de mútuo (ou um contrato de abertura de crédito), por força do qual uma instituição de crédito adianta ao consumidor os fundos necessários para o pagamento do preço devido ao vendedor.

O consumidor que se financia através deste mecanismo contratual conclui, assim, dois contratos: um contrato de compra e venda, cujo preço se obriga a pagar a pronto, e um contrato de mútuo. Em vez de confrontado com um só sujeito no quadro de uma só relação contratual, como sucede no esquema da tradicional venda a prestações, o consumidor torna-se parte de

dois contratos, estabelecendo vínculos jurídicos diferentes com dois parceiros distintos. A *simplicidade* e a *bilateralidade* próprias da compra e venda a prestações dão lugar à *complexidade* e à *trilateralidade* inerentes à compra e venda financiada¹⁹.

Encarada numa perspectiva dinâmica, a compra e venda financiada, na sua manifestação mais típica e frequente, revela também a sua especificidade nas circunstâncias relativas ao modo de execução das prestações a cargo de cada um dos sujeitos intervenientes. Refiro-me, em primeiro lugar, ao fato de a quantia mutuada não chegar a entrar na disponibilidade efetiva do consumidor mutuário, uma vez que o mutuante a entrega imediata e diretamente ao vendedor, com base numa instrução (*Anweisung*) daquele²⁰ – instrução que, em regra, se concretiza na subscrição, por parte do consumidor, de um formulário pré-elaborado pelo mutuante, quase sempre incorporado no formulário que suporta o texto do próprio contrato de mútuo.

Característico do modo de funcionamento da “compra e venda financiada” é também o fato de o consumidor, depois de pago o preço ao vendedor por intermédio do mutuante (que, cumprindo a sua instrução, transfere a quantia mutuada para o património do vendedor²¹), apenas ficar vinculado em relação a este último, ao qual tem de reembolsar, em frações escalonadas no tempo, o capital adiantado, acrescido dos juros remuneratórios convencionados. Em termos estritamente empírico-económicos, a situação resultante do normal funcionamento do mecanismo da compra e venda financiada, vista sob o prisma do consumidor, é similar à que decorreria de uma simples compra e venda a prestações, sem intervenção de qualquer terceiro. Na realidade, o consumidor também aqui está obrigado ao pagamento de uma certa quantia em várias prestações – não já a quantia correspondente ao preço da coisa (pois que esse já foi pago a pronto), mas a que equivale ao reembolso do capital emprestado.

1.3 Duas notas sobre aspectos de “construção jurídica”: coligação ex lege/coligação ex contractu; pluralidade/unidade

1.3.1 A coligação contratual prevista no RCCC como fenómeno de eficácia jurídica ex lege, e não ex contractu

Tal como se acha consagrada no RCCC, a coligação entre o contrato de compra e venda e o contrato de crédito é um fenómeno de eficácia jurídica *ex lege* e não uma manifestação jurisgénica *ex contractu*. A afirmação desdobra-se em duas implicações.

Em primeiro lugar, implica que a *hipótese normativa* da coligação [recortada na alínea o) do n. 1 do art. 4º do RCCC] não se reconduz a um qualquer acordo das partes – uma espécie de “negócio coligante”. A “vontade das partes” esgota-se no *primeiro nível* de eficácia da coligação, no quadro dos contratos individuais que compõem a coligação²². A coligação (independentemente e apesar da vontade das partes) instancia-se concretamente sempre que se verifique a parêntese de pressupostos previstos na alínea o) do n. 1 do art. 4º do RCCC: a destinação funcional do crédito e a “unidade económica” dos contratos²³. Não significa isto, evidentemente, que, através dos procedimentos gerais da hermenêutica do negócio jurídico, não se conclua (daí depois desprendendo os correspondentes efeitos jurídico-negociais) que qualquer dos contratos que entram na estrutura complexa da compra e venda financiada é o *correspetivo sinalagmático*, a *condição*, o *motivo*, o *fim* ou a *causa* do outro, de modo a aplicar-se-lhes o regime jurídico-civil a que, em geral, se acham submetidas estas figuras. Mas, e é isto que aqui importa realçar, a aplicação do regime do art. 18º do RCCC não depende da verificação de nenhum desses pressupostos jurídico-negociais²⁴.

Implica aquela afirmação, em segundo lugar, que os efeitos jurídicos da concreta instanciação da hipótese coligacional (as manifestações de recíproca repercussão e propagação das ocorrências de um contrato no outro, previstas no art. 18º do RCCC) resultam *diretamente* da lei, *ex vi legis*, não constituindo o reconhecimento nem a atuação de qualquer vontade jurisgénica das partes.

No quadro deste entendimento *objetivo* da coligação contratual prevista no RCCC, compreende-se, sem nenhuma dificuldade, a ineficácia (mais do que isso: a irrelevância) das chamadas “cláusulas de separação” (*Trennungsklauseln*; *waiver of defenses clauses*), através das quais se pretende *desconectar* os contratos integrantes da coligação, isolando-os um do outro, tornando-os reciprocamente insensíveis às vicissitudes de cada um.

1.3.2 Pluralidade/unidade

A configuração da hipótese da coligação contratual desenhada no RCCC aponta claramente para uma formação contratual *plural*, marcada pela coexistência de *dois* contratos estruturalmente distintos (embora constitutivos de uma “unidade económica”), ajustando-se-lhe melhor, no plano dos modelos de compreensão deste fenómeno jurídico-contratual, a teoria da separação (*Trennungstheorie*) do que a teoria da unidade (*Einheitstheorie*)²⁵.

Parece, de resto, que é inerente à figura uma *essencial tensão* entre a *pluralidade jurídico-estrutural*, por um lado, e a *unidade económico-funcional*, por outro – no sentido em que a própria realização da unitária função económica opera através do desmembramento dos “procedimentos contratuais”²⁶.

Francisco Manuel de Brito Pereira Coelho (que parece situar-se mais no plano geral da doutrina do negócio jurídico do que na exegese da figura consagrada no RCCC), mostrando as dificuldades e a “escassa utilidade dogmática” da “coligação funcional”, entende que “operação económica complexa” típica do crédito ao consumo deve ser tratada como “um negócio unitário” (dependente do requisito “subjetivo” da “consciência de vinculação no plano trilateral”), atendendo aos “nexos” (sobretudo de “condicionamento”, “sinalagmaticidade”, “causalidade” e “equivalência”) que intercedem entre os efeitos de cada um dos “contratos singulares”. O próprio autor, porém, relativiza o seu modelo de compreensão unitária das “operações económicas complexas” (e demais “formações complexivas”), distinguindo, dentro da correspondente “formação contratual complexa”, um “âmbito de unidade” – que integra os aspectos em que a formação complexa deve ser tratada como um só contrato – e um “âmbito de pluralidade” – que se corporiza na pluralidade dos “procedimentos contratuais estruturalmente autónomos”, os quais consistem nos comportamentos comunicativos (declarações negociais) das partes. Em suma: as “formações contratuais complexas” devem, “para determinados efeitos”, ser tratadas como uma unidade e, para outros efeitos, como uma pluralidade²⁷.

2. O direito de arrependimento

2.1 Caracterização geral

“Sob a designação de direito de arrependimento, compreendem-se todas as hipóteses em que a lei concede a um dos contraentes (o consumidor) a faculdade de, em prazo determinado e sem contrapartida, se desvincular de um contrato através de declaração unilateral e imotivada”.²⁸ “O direito de arrependimento pode considerar-se hoje como o *ex libris* do direito do consumo, quer por ser o seu instituto mais original quer por ser aquele que melhor representa uma ruptura com os pressupostos liberais e voluntaristas da teoria geral dos contratos como a herdámos do século XIX”²⁹.

Não há um direito *geral* de arrependimento que seja aplicável a todos os contratos de consumo³⁰. O que temos é a consagração (por diversas razões de política legislativa: umas vezes atinentes às características dos procedimentos

de contratação, como sucede nos contratos fora do estabelecimento e à distância; outras vezes respeitantes às particularidades do tipo contratual, como ocorre no contrato de concessão de crédito³¹⁾ de *vários e especiais* direitos de arrependimento³².

Quando se fala em *direito de arrependimento*, o discurso situa-se no plano *funcional*. A expressão evidencia a *função* deste poder de desvinculação unilateral que a lei, em situações específicas, atribui ao consumidor: permitir-lhe um *período de reflexão* adicional (*cooling off period*), que seja uma oportunidade para ponderações mais detidas e informadas, em regra ausentes de fases pré-contratuais frequentemente marcadas por *práticas comerciais desleais*. Já no plano *estrutural*, é muito *heterogénea e variável* a sua configuração propriamente jurídica, indo desde o “*direito de livre resolução*” (designação pela primeira vez utilizada no Decreto-Lei 143/2001, de 26/04, entretanto revogado pelo Decreto-Lei 24/2014, de 14/02) ao “*direito de rescisão*” (denominação adotada no Decreto-lei 61/2011, de 06/05, a propósito das “viagens organizadas”), passando pela simples “*resolução*” e pela “*livre revogação*” (como sucede, precisamente, no RCCC).

2.2 Os efeitos do exercício do direito de arrependimento na hipótese de coligação de contratos na concessão de crédito ao consumidor³³

Divido o tratamento da questão dos efeitos do exercício do direito de arrependimento na hipótese de coligação de contratos (em regra, uma compra e venda financiada por terceiro) em dois momentos: num primeiro momento, trato dos efeitos do direito de arrependimento em relação ao contrato de crédito; num segundo momento, ocupo-me dos efeitos do exercício do direito de arrependimento em relação ao contrato de compra e venda.

2.2.1 Os efeitos do exercício do direito ao arrependimento em relação ao contrato de crédito

Segundo o n. 1 do art. 15º do RCCC, “*o consumidor dispõe de um prazo de 14 dias de calendário para exercer o direito de revogação do contrato de crédito, sem necessidade de indicar qualquer motivo*”.

Quando o consumidor exerça tempestivamente o seu direito, cessam os efeitos do contrato de crédito³⁴. Havendo coligação de contratos, a eficácia da revogação, projetando-se para o *exterior* do contrato de crédito (mas sem sair do *interior* da coligação), propaga-se, comunicando-se-lhe, ao contrato de compra e venda.

É precisamente essa a solução que resulta do n. 1 do art. 18º do RCCC, segundo o qual “*a invalidade ou a ineficácia do contrato de crédito coligado repercute-se, na mesma medida, no contrato de compra e venda*”. Ou porque a faz cessar ou porque a impede³⁵, a revogação do contrato de crédito, em exercício do direito de arrependimento, gera a sua *ineficácia* – e, portanto, *repercute-se* (ou *penetra* – “*Widerrufsdurchgriff*”) no contrato de compra e venda coligado.

Não é muito clara, nem parece ter apoio no direito comparado, o segmento da norma em que o legislador estatui a repercussão (da invalidade ou da ineficácia do contrato de crédito) “*na mesma medida*” (não parece que haja aqui um problema de quantidade ou de grau que justifique o termo “medida”).

A invalidade ou a revogação do contrato de compra e venda repercute-se, na mesma medida, no contrato de crédito coligado

Ainda assim, creio que a melhor interpretação do preceito (e seguramente a que é mais favorável ao consumidor) aponta no sentido de os efeitos extintivos (ou impeditivos) da revogação do contrato de crédito se *estenderem automaticamente* ao contrato de compra e venda, do qual o consumidor fica, também, em consequência dela, desvinculado. O que significa, pelo menos, que a ineficácia do contrato de compra e venda não depende de nenhuma declaração revogatória adicional que tenha de ser dirigida ao vendedor.

Por outras palavras: a solução legal não consiste em atribuir ao consumidor o direito de, uma vez revogado o contrato de crédito, revogar também o contrato de compra e venda; consiste, isso sim, na *comunicação direta e imediata* do efeito extintivo da revogação do contrato de crédito ao contrato de compra e venda³⁶.

Com este mecanismo de propagação dos efeitos extintivos do contrato de crédito ao contrato de compra e venda, o legislador assegura as condições mínimas da liberdade de exercício do próprio direito de arrependimento, que decerto seria coartada se o consumidor, apesar de desobrigar-se do contrato de crédito, soubesse que permaneceria vinculado ao contrato de compra e venda que com ele estivesse coligado³⁷.

Para além disso, o legislador, evitando aquelas que seriam as consequências da aplicação plena do princípio da relatividade dos contratos, neutraliza o risco de ineficácia do contrato de crédito que enfrenta o consumidor que se envolve numa compra e venda financiada: nesse caso (no caso de ineficácia do contrato de crédito – aqui resultante do exercício do direito de

arrependimento), o consumidor, se entretanto já se tiver obrigado perante o vendedor, ver-se-á na iminência de inesperadamente ter de pagar a pronto e imediatamente a totalidade do preço sem para tanto dispor da liquidez necessária – ou porque o mutuante deixou de estar vinculado à entrega do dinheiro (se se trata de um mútuo consensual), ou porque este lhe tem de ser restituído (em razão da ineficácia do contrato) de uma só vez e de imediato. Trata-se aqui, no fundo, do risco de uma aquisição a crédito (de uma aquisição apenas financeiramente possível por ser a crédito) se transformar numa aquisição a pronto.

2.2.2 Os efeitos do exercício do direito ao arrependimento em relação ao contrato de compra e venda

Estabelece o n. 2 do art. 18º do RCCC que *“a invalidade ou a revogação do contrato de compra e venda repercute-se, na mesma medida, no contrato de crédito coligado”*.

A hipótese do n. 2 está em relação de simetria com a do n. 1 do mesmo preceito: aqui, trata-se da repercussão da ineficácia (em sentido amplo, incluindo a invalidade e a ineficácia em sentido estrito) do contrato de crédito no contrato de compra e venda; ali, trata-se, em sentido inverso, da repercussão da ineficácia do contrato de compra e venda no contrato de crédito.

Todavia, a simetria não é perfeita: enquanto que o n. 1 abrange a invalidade e qualquer modalidade de ineficácia, o n. 2, compreendendo também a invalidade, parece prever apenas a ineficácia resultante da “revogação” do contrato de compra e venda.

Tomado à letra, o texto normativo determinaria a irrelevância do exercício do direito de arrependimento (quando a lei o conceda³⁸) em relação ao contrato de compra e venda – o que significaria que o consumidor, quando pudesse arrepender-se do contrato de compra e venda, continuaria amarrado ao contrato de crédito (o que constituiria forte constrangimento à liberdade de arrependimento).

Entendo que o âmbito referencial do termo “revogação”, usado no n. 2 do art. 18º do RCCC, deve ser estendido a todos os casos de exercício do direito de arrependimento em relação ao contrato de compra e venda: “revogação” é, aqui, sinónimo de exercício do direito de arrependimento, ainda que este, segunda a norma legal que o atribua, tenha um diverso perfil estrutural (por exemplo, “resolução” ou “rescisão”). São duas as razões que me convencem da “necessidade” desta interpretação.

Em primeiro lugar, é patente que o legislador, ao falar em “revogação”, “está a pensar” no significado com que o termo é usado no próprio RCCC – o significado, como vimos, de instrumento jurídico ao serviço do arrependimento desvinculante do consumidor. Porque decerto não se tratou de acaso, não se alcança, na verdade, que outra razão possa ter justificado tal opção terminológica³⁹.

Em segundo lugar, só conferindo ao preceito a referida amplitude (em termos de abarcar todos os direitos de arrependimento, independentemente da sua forma jurídica) se assegura a sua interpretação conforme à Diretiva 2008/48, em cujo art. 15º/1 se estabelece que, *“caso tenha exercido um direito de retratação com base na legislação comunitária referente a um contrato de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, o consumidor deixa de estar vinculado por um contrato de crédito ligado”*. A referência ao “direito de retratação” previsto na “legislação comunitária” mostra claramente que o legislador europeu obriga os Estados-membros a incluírem nos seus direitos internos disposições que garantam que o consumidor que se arrependa do contrato de compra e venda “deixa de estar vinculado” ao contrato de crédito que com ele se ache em relação de coligação.

Assim entendida, a solução adoptada no n. 2 do art. 18º do RCCC, para além de assegurar a liberdade do exercício do direito de arrependimento em relação ao contrato de compra e venda, imuniza também o consumidor, desmoronando os limites erguidos pelo princípio da relatividade dos contratos, de um outro risco típico da compra e venda e financiada: o risco de o consumidor, não obstante a ineficácia do contrato de compra e venda (por efeito do exercício do direito de arrependimento), ficar sujeito a prosseguir ininterruptamente o cumprimento do programa de prestações de reembolso (e de juros) da quantia que lhe haja sido creditada⁴⁰.

3. Propagação dos efeitos do exercício do direito de arrependimento em situações não abrangidas pela hipótese de coligação contratual prevista no RCCC

No que diz respeito aos contratos de concessão de crédito ao consumidor, não é apenas para a hipótese de o “contrato de crédito coligado” [descrita na alínea o) do n. 1 do art. 4º do RCCC] que o legislador consagra arranjos normativos de propagação da ineficácia resultante do exercício do direito de arrependimento (incluindo aqui quer os casos em que a ineficácia do contrato

de crédito se estende a outro contrato com ele relacionado, quer os casos em que a extensão opera em sentido inverso). Há, na verdade, outras hipóteses para as quais o legislador estatui o mesmo regime. Identifico, pelo menos, três.

É de realçar, desde logo, o n. 5 do art. 18º do próprio RCCC, o qual dispõe que *“se o credor ou um terceiro prestarem um serviço acessório conexo com o contrato de crédito, o consumidor deixa de estar vinculado ao contrato acessório se revogar o contrato de crédito nos termos do artigo 17º ou se este se extinguir com outro fundamento”*.

Salienta-se, em segundo lugar, o art. 16º do Decreto-Lei 24/2014, de 14/02 (que transpõe a Diretiva 2011/83/UE, relativa aos direitos dos consumidores, contratos à distância, ao domicílio e equiparados e vendas automáticas e as vendas especiais esporádicas), que dispõe assim: *“Sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n. 133/2009, de 2 de junho (...), o exercício do direito de livre resolução nos termos do presente decreto-lei⁴¹ implica a resolução automática dos contratos acessórios⁴² ao contrato celebrado à distância ou do contrato celebrado fora do estabelecimento comercial sem direito a indenização ou pagamento de quaisquer encargos, excetuados os casos previstos no n. 3 do artigo 12º e no artigo 13º”*.

Importa, por fim, fazer menção ao art. 16º/6 do Decreto-Lei 275/93, de 05/08 (que estabelece o regime jurídico de habitação periódica), segundo o qual *“se o preço do bem imóvel, sujeito ao regime de direitos reais de habitação periódica, for total ou parcialmente coberto por um crédito concedido pelo vendedor, ou por terceiro com base num acordo entre este e o vendedor, e o adquirente exercer o direito de resolução previsto nos números anteriores, o contrato de crédito é resolvido, sem direito a indenização ou pagamento de quaisquer encargos”*.

Não é este o momento, nem o lugar, para entrar na análise destes preceitos, que descrevem hipóteses diversas de “formações contratuais complexas”; aqui, apenas pretendo equacionar algumas questões suscitadas pelo seu relacionamento com a norma da alínea o) do n. 1 do art. 4º do RCCC, considerando que há “zonas” em que as suas hipóteses coincidem, gerando situações de parcial “confluência normativa”⁴³.

O n. 5 do art. 18º do RCCC, em bom rigor, não apresenta nenhum “ponto de fricção” com a previsão da alínea o) do n. 1 do art. 4º, uma vez que as respectivas hipóteses não têm zonas de sobreposição: enquanto que a primeira se refere às relações entre o contrato de crédito e os serviços que lhe são “acessórios”, a segunda tem por objeto a relação entre o contrato de crédito e o contrato de compra e venda.

Já o mesmo não pode dizer-se a respeito da hipótese do art. 16º do Decreto-Lei 24/2014, que determina a “resolução automática dos contratos acessórios” ao contrato celebrado à distância ou fora do estabelecimento (que é, necessariamente, um contrato de compra e venda ou de prestações de serviços, uma vez que os serviços financeiros, designadamente a concessão de crédito, estão excluídos do âmbito de aplicação do diploma). Considerando a definição de “contrato acessório” fornecida pelo legislador, não é difícil admitir a inclusão do contrato de crédito na sua extensão. Pode gerar-se, por conseguinte, uma situação de coincidência parcial das previsões das duas normas [art. 16º do Decreto-Lei 24/2014 e alínea o) do n. 1 do art. 4º do RCCC]: alguns casos caem sob uma previsão, outros sob a outra, e outros sob as duas, simultaneamente⁴⁴. Se se admitisse que a norma de âmbito menos extenso (art. 16º do Decreto-Lei 24/2014) constitui uma *regulação especial*, a sua aplicação afastaria a norma de alcance mais amplo [alínea o) do n. 1 do art. 4º do RCCC]. O que significaria, por exemplo, que, mesmo verificando-se os pressupostos da hipótese do “contrato de crédito coligado” (destinação funcional do crédito e “unidade económica”), a ausência de um “acordo” entre o financiador e o vendedor impediria a repercussão da ineficácia originada pelo exercício do direito de arrependimento no contrato celebrado à distância ou fora do estabelecimento. Sucede, todavia, que o legislador, no art. 16º do Decreto-Lei 24/2014, salvaguarda expressamente o RCCC, estabelecendo que a sua aplicação (do art. 16º supramencionado) se faz “*sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho*”. A relação entre as duas normas constitui, assim, um verdadeiro “curso cumulativo”: uma vez que (apesar da diversidade das hipóteses) a estatuição é essencialmente igual (repercussão automática da ineficácia derivada do exercício do direito de arrependimento), “ambas as normas são aplicáveis, de par uma com a outra”⁴⁵. Donde, mesmo que não se verifique o “acordo” previsto na hipótese do art. 16º do Decreto-Lei 24/2014, a verificação dos requisitos da figura do “contrato de crédito coligado” é suficiente para desencadear a propagação de ineficácia estatuída no art. 18º do RCCC.

Creio, por fim, que é também de “curso cumulativo” a relação entre o 16º/6 do Decreto-Lei 275/93 e a alínea o) do n. 1 do art. 4º do RCCC. É certo que, neste caso, o legislador não contém uma ressalva semelhante à que consta do art. 16º do Decreto-Lei 24/2014. Esta circunstância é, porém, muito pouco significativa, dado que, ao tempo da criação daquela norma, não estava ainda em vigor o actual RCCC (sendo certo que o seu antecessor, o Decreto-Lei 359/91, não tratava das implicações do exercício do direito de

arrependimento em relação ao contrato de compra e venda). E justamente porque não havia, ao tempo, nenhuma outra norma que com ela (com a norma do art. 16º/6 do Decreto-Lei 275/93) pudesse concorrer, não é de supor que o legislador pretendesse instituir um regime “especial” que afastasse outros preceitos com idênticas “pretensões de aplicação”^{46,47}.

Notas

- * Paulo Duarte. Advogado. Vice-Presidente do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados. Professor da Universidade Lusófona do Porto.
1. Regime aprovado pelo Decreto-Lei 133/2009, de 2 de Junho.
 2. Mais do que uma definição (uma enumeração exauriente e fechada dos elementos de um *conceito* susceptível de aplicação subsuntiva), trata-se de uma descrição dos elementos nucleares de um *tipo de configuração*.
 3. Para economia de texto, usarei doravante a expressão “contrato de compra e venda”, que deve ser tomada, metonimicamente, com o sentido de abranger também o contrato de prestação de serviços (incluindo, assim, no seu alcance os dois tipos principais de *contratos de aquisição financiados* por via da conclusão do contrato de crédito). Segue-se, de resto, a técnica expositiva do art. 18º do RCCC, que, referindo-se diretamente apenas ao contrato de compra e venda, manda depois, no seu n. 6, aplicar, “com as necessárias adaptações”, o regime da coligação “aos créditos concedidos para financiar o preço de um serviço prestado por terceiro”.
 4. Deve sublinhar-se, contudo, que nem todos os mecanismos de propagação de efeitos (previstos no art. 18º do RCCC) entre o contrato de crédito, por um lado, e o contrato de compra e venda, por outro, dependem da verificação do *Tatbestand* coligacional – sobre esta questão, ver, *infra*, no texto, o ponto 3.
 5. A noção legal de “contrato de crédito coligado” corresponde à transposição da alínea n) do art. 3º da Diretiva 2008/48/CE, do PE e do Conselho, de 23 de Abril de 2008, a qual, por seu turno, se filia na tradição alemã do direito dos contratos de concessão de crédito ao consumidor, que, depois de um longo percurso de elaboração jurisprudencial (iniciado ainda no século XIX, então no quadro da *Gesetz betreffend die Abzahlungsgeschäfte*, de 16/05/1864), atingiria uma primeira cristalização normativa na *Verbraucherkreditgesetz* de 17/12/1990 (VerbrKrG), entretanto revogada pela *Schuldrechtsmodernisierungsgesetz* de 26/11/2001. O § 9 da VerbrKrG definia assim a noção de “negócio coligado” (*Verbunden Geschäft*): “o contrato de compra e venda e o contrato de crédito constituem um negócio coligado quando o crédito serve para financiar o preço da compra e ambos devem ser vistos como uma unidade económica” (*Ein Kaufvertrag bildet ein mit dem Kreditvertrag verbundenes Geschäft, wenn der Kredit der Finanzierung des Kaufpreises dient und beide Verträge als wirtschaftliche Einheit anzusehen sind*). A matéria está hoje sediada no § 358/3 do BGB, que, já sob influência da Diretiva 2008/48/CE, considera que “um contrato que tem por objeto o fornecimento de uma coisa ou a realização de uma

outra prestação e um contrato de mútuo (...) estão coligados quando o mútuo sirva, total ou parcialmente, o financiamento do outro contrato e ambos constituam uma unidade económica (*Ein Vertrag über die Lieferung einer Ware oder über die Erbringung einer anderen Leistung und ein Darlehensvertrag nach den Absätzen 1 oder 2 sind verbunden, wenn das Darlehen ganz oder teilweise der Finanzierung des anderen Vertrags dient und beide Verträge eine wirtschaftliche Einheit bilden*). Sobre a evolução do direito alemão, pode ver-se Peter Heermann, *Verbundene Geschäfte im Sinne des § 9 Abs 1 VerbrKrG*, AcP 200, 1-44 (2000). No direito português, a inspiração da VerbrKrG era já visível no diploma antecessor do atual RCCC, o Decreto-Lei 359/91, de 21 de Setembro, que, no art. 12º/1, fazia depender a validade do contrato de compra e venda do contrato de crédito “se o crédito for concedido para financiar o pagamento de um bem vendido por terceiro (...), sempre que exista qualquer tipo de colaboração entre o credor e o vendedor na preparação ou na conclusão do contrato de crédito”. Sobre a interpretação do art. 12º do Decreto-Lei 359/91, ver o meu *Contratos de concessão de crédito ao consumidor: em particular as relações trilaterais resultantes da intervenção de um terceiro financiador*, dissertação apresentada no âmbito do curso de mestrado na área de ciências jurídico-empresariais na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2001, e Fernando de Gravato Morais *União de contratos de crédito e de venda para o consumo*, Coimbra, Almedina, 2004.

6. Sobre a figura do mútuo de escopo, ver M. Fragali, “Finanziamento (*dir. priv.*)”, in ED, v. XVII, 1968, p. 605-27, p. 605 ss. e M. Capecchi, “La qualificazione giuridica del mutuo di scopo”, in CI, 2, 1997, p. 539 ss.
7. O requisito da *exclusividade* parece ser perigoso para a tutela do consumidor (que é especialmente necessária nas hipóteses de coligação contratual): bastará que uma pequena (insignificante) parcela do crédito não esteja afetada a uma destinação específica para que a coligação deixe de produzir os seus efeitos – ainda que os abusos na manipulação da previsão legal possam ser bloqueados através de uma interpretação atenta à *fraude à lei*.
8. Diversa parece ser a posição de Fernando de Gravato Morais, *Crédito aos Consumidores*, Almedina, 2009, p. 34, segundo o qual “se porventura o crédito servir para financiar *mais do que uma compra* (...) não parece haver lugar à aplicação das consequências da união de contratos”.
9. Ver, supra, nota 5.
10. A ideia da “unidade económica” entre os contratos, e a correspondente afirmação do “princípio jurisprudencial” da proibição da *Verbot der Schlechterstellung*, nasceu umbilicalmente ligada à necessidade (praticamente sentida) de justificar a admissibilidade da recusa (*Leistungsverweigerungsrecht*), pelo comprador, do cumprimento do contrato de crédito com base em exceções fundadas no contrato de compra e venda que lhe permitiriam, perante o vendedor, se fosse ele a conceder o crédito, paralisar a pretensão de pagamento do preço (*Einwendungsdurchgriff* – “penetração de exceções”). A formulação original deste princípio coube ao BGH, no âmbito da jurisprudência produzida a propósito do *B. Geschäft* (uma particular modalidade de compra e venda

financiada), servindo de instrumento de concretização do princípio da boa-fé, no qual se apoiava a proteção do comprador. A *Verbot der Schlechterstellung* nunca deixou de servir de parâmetro orientador na resolução dos problemas postos pelo *B. Geschäft*. A provar a sua utilidade retórica, aí está, num outro plano, o fato de a exposição de motivos da VerbrKrG se lhe referir como fundamento justificador do *Einwendungsdurchgriff* previsto no § 9/3 (preceito correspondente ao atual § 359 do BGB) – neste sentido, Barbara Dauner-Lieb, *Verbraucherschutz bei verbundenen Geschäften (§ 9 VerbrKrG)*, ZWB, 1991, p. 4-5. A “estratégia valorativa” que orienta a *Verbot der Schlechterstellung* consiste em determinar a posição jurídica do consumidor que, de fato e realmente, se acha envolvido na conclusão de dois contratos, em função de uma coordenada que não é mais do que *uma situação hipotética e conjectural* (M. J. Marín López, *La compraventa financiada de bienes de consumo*, Pamplona, Ed. Aranzadi, 2000, p. 258) – aquela situação que se verificaria se o consumidor, em vez de um contrato de crédito e de um contrato de compra e venda, apenas celebrasse um contrato de compra e venda a prestações.

Note-se, contudo, que a ideia da *Verbot der Schlechterstellung* não tem vivido sem críticas. P. Heermann, *Drittfinanzierte Erwerbsgeschäfte: Entwicklung der Rechtsfigur des trilateralen Synallagmas auf der Grundlage deutscher und U.S. amerikanisches Rechtsentwicklung*, Tübingen, Mohr Siebeck, 1998, p. 213, considera que não faz sentido fundamentar a solução de casos com dimensão trilateral num parâmetro que remete para uma relação meramente bilateral como é aquela que resulta da simples compra e venda a prestações. Por seu turno, Canaris, *Bankvertragsrecht*, 2ª Ed., p. 717-8, considerava que o princípio rector na matéria não deveria ser o da *Verbot der Schlechterstellung*, mas, diversamente, o princípio da proibição de deixar o comprador desmunido de qualquer direito (*Verbot der Rechtlosstellung*). Esta diferenciação sustentada por Canaris – de par com a ideia de o contrato de compra e venda ser “a base” (*Geschäftsgrundlage*) do contrato de mútuo (pois constituiria os seus *Sinn und Zweck*) – condu-lo, de resto, a negar a possibilidade de o comprador poder recusar o reembolso do mútuo com base na mera excepção do não cumprimento do vendedor (aquilo a que o autor se refere como *dilatorische Kleinkriege*).

11. Como a norma se move no terreno da coligação de contratos, é seguro que a referência à hipótese de o vendedor ser também o financiador não abrange a compra e venda a prestações (que é um só contrato), cingindo-se aos casos em que o vendedor celebra com o consumidor, para além do contrato de compra e venda, um contrato de crédito juridicamente autónomo. Há quem entenda, porém, que a venda a prestações é uma venda a pronto efetuada através da concessão “*collaterale*” de crédito – Gaetano Piepoli, *Il credito al consumo*, Napoli, Jovene Ed., 1976, p. 70. Diz o autor, no mesmo passo, que “quando, de fato, o comerciante realiza uma venda a prestações, aceitando que o comprador liquide fracionadamente o preço, na realidade não faz outra coisa que não seja antecipar o dinheiro para o pagamento do preço, concedendo o crédito e transformando, consequentemente, a normal obrigação do pagamento do preço na obrigação do devedor reembolsar o financiamento”.

12. Nos casos do primeiro tipo, a existência da unidade económica entre os contratos resulta logo da coincidência entre o vendedor e o financiador – é precisamente essa coincidência que constitui o “marcador” da unidade.
13. Pense-se nos casos, muito frequentes, em que é o próprio vendedor que recolhe as informações necessárias à avaliação da solvabilidade do consumidor e assegura o preenchimento dos formulários contratuais.
14. Talvez possa falar-se, aqui, de uma presunção absoluta (*juris et de jure*) de “unidade económica”.
15. Neste sentido, M. Habersack, *Münchener Kommentar zum BGB*, 6.Auflage, 2012, § 358, Rn. 37.
16. “(...) wenn über ein Zweck-Mittel-Verhältnis hinaus die beiden Geschäfte miteinander derart verbunden sind, dass keines ohne das andere geschlossen worden wäre oder jeder der Verträge seinen Sinn erst durch den anderen erhält” – M. Habersack, *Münchener Kommentar zum BGB*, 6.Auflage, 2012, § 358, Rn. 36.
17. Ausência que também se regista no art. 18º do RCCC.
18. Sobre este ponto, ver M. Habersack, *Münchener Kommentar zum BGB*, 6.Auflage, 2012, § 358, Rn. 47-49.
19. Complexidade e trilateralidade que são, de resto, típicas, em geral, dos chamados *negócios de aquisição financiados por terceiro*, entre os quais se incluem, além da compra e venda financiada, figuras contratuais como o *leasing* e o *factoring* – sobre a matéria, ver Peter Heermann, *Drittfinanzierte Erwerbsgeschäfte: Entwicklung der Rechtsfigur des trilateralen Synallagmas auf der Grundlage deutscher und U.S. amerikanisches Rechtsentwicklung*, Tübingen, Mohr Siebeck, 1998.
20. Vimos já (supra, nota 18) que se trata de uma circunstância indiciadora da existência de “unidade económica” entre os contratos.
21. No fato unitário em que consiste a transferência patrimonial efetuada pelo mutuante a favor do vendedor concorrem, portanto, em simultaneidade, duas prestações de execução de dois contratos diferentes: a prestação de adiantamento da quantia mutuada (prestação devida pelo mutuante ao consumidor); e a prestação de pagamento do preço da coisa vendida (prestação devida pelo consumidor ao vendedor).
22. Ainda que, contudo, a verificação do pressuposto da *destinação funcional* do crédito exija a indagação interpretativa dos enunciados contratuais das partes – mas, neste ponto, considerados como *puros fatos*, e não como *fatos jurídico-negocialmente relevantes* (isto é, relevantes enquanto manifestações de “vontade” jurisdicção).
23. Não é por acaso, creio, que o legislador acentua, quanto ao pressuposto da “unidade económica” que esta se constitui “*objetivamente*”, independentemente da vontade ou da perspectiva ou das impressões de qualquer uma das partes.
24. O recurso aos instrumentários gerais do direito do negócio jurídico e do contrato pode já revelar-se útil nos casos em que não se verifiquem os pressupostos da coligação contratual *ex lege*.
25. Sobre este problema dogmático, ver Fernando de Gravato Morais, *União de contratos*

de crédito e de venda para o consumo, p. 340 e ss, e Francisco Manuel de Brito Pereira Coelho, *Contratos Complexos e Complexos Contratuais*, Coimbra Editora, 2014, p. 155 e ss.

26. Numa situação de pluralidade contratual, a obediência cega ao princípio da relatividade dos contratos (que tende a enclausurar a sua eficácia no círculo das respectivas partes, imunizando-os a influências exteriores) colocaria o consumidor sob a ameaça dos riscos próprios do desmembramento jurídico da “unidade económica”. Riscos que as soluções normativas de repercussão recíproca das ocorrências de um contrato no outro, acolhidas no art. 18º do RCCC (em desvio ao que resultaria da aplicação estreme do princípio da relatividade), visam, precisamente, neutralizar e inocuizar – sobre este ponto, ver o meu *A posição jurídica do consumidor na compra e venda financiada: confronto entre o regime em vigor (RJCC) e o Anteprojecto do Código do Consumidor* in *Estudos de Direito do Consumidor*, n. 7.
27. Francisco Manuel de Brito Pereira Coelho, *Contratos Complexos e Complexos Contratuais*, p. 135-224.
28. Carlos Ferreira de Almeida, *Direito do Consumo*, Almedina, 2005, p. 105.
29. Carlos Ferreira de Almeida, *Direito do Consumo*, p. 106.
30. Estabelece o n. 4 do art. 8º da Lei de Defesa do Consumidor (Lei 24/96, de 31 de Julho) que, “*quando se verifique falta de informação, informação insuficiente, ilegível ou ambígua que comprometa a utilização adequada do bem ou do serviço, o consumidor goza do direito de retractação do contrato relativo à sua aquisição ou prestação, no prazo de sete dias úteis a contar da data de recepção do bem ou da data de celebração do contrato de prestação de serviços*”. Não se trata, aqui, de um verdadeiro direito de arrependimento, de acordo com a concepção que dele perfilho (ver o texto) – precisamente porque a sua existência depende de um pressuposto: a violação da obrigação (geral) de informação.
31. Sobre a diversidade das ponderações de política legislativa determinantes da atribuição dos diferentes direitos de arrependimento consagrados no direito português (quase sempre por ocasião, e por causa, da transposição de Diretivas da União Europeia), ver Jorge Morais de Carvalho, *Os Contratos de Consumo, Reflexão Sobre a Autonomia Privada no Direito do Consumo*, Almedina, 2012, p. 445 e ss.
32. Para uma visita guiada (e pormenorizada) ao elenco dos direitos de arrependimento concedidos pelo direito português, ver Jorge Morais de Carvalho, *Os Contratos de Consumo, Reflexão Sobre a Autonomia Privada no Direito do Consumo*, p. 391 e ss. – sendo certo que o autor defende um conceito mais alargado da figura, nele incluindo os direitos de desvinculação de fonte contratual e aqueles cujo exercício implica a sujeição a uma contrapartida monetária (ob. cit., p. 390).
33. Apenas se trata aqui dos específicos efeitos que resultam da ocorrência da própria coligação, que se localizam no *segundo nível de eficácia* (ver, supra, no texto, ponto 1.1.), ficando de fora das minhas considerações os efeitos produzidos logo no plano do próprio contrato singular de que o consumidor se arrepende (efeitos estes que situam no *primeiro nível de eficácia* da formação coligacional).

34. É possível que as partes convençionem que o contrato de crédito só produz efeitos (só então o consumidor podendo dispor do financiamento) após o decurso do prazo de exercício do direito de arrependimento. Nesta hipótese, “o contrato celebra-se sob condição suspensiva de não exercício do direito pelo consumidor, não produzindo efeitos até esse momento” – Jorge Morais de Carvalho, *Os Contratos de Consumo, Reflexão Sobre a Autonomia Privada no Direito do Consumo*, p. 427. Quer dizer, sendo a eficácia do contrato suspensivamente condicionada ao não exercício do direito de arrependimento, o efetivo exercício dele impede, *ab initio*, a eficácia do contrato – o que corresponderá a uma paradoxal *revogação impeditiva* (*Verhinderungswiderruf*).
35. Ver nota anterior.
36. O § 358/2 do BGB é, a este respeito, bem mais cristalino: “*Hat der Verbraucher seine auf den Abschluss eines Verbraucherdarlehensvertrags gerichtete Willenserklärung auf Grund des § 495 Absatz 1 wirksam widerrufen, so ist er auch an seine auf den Abschluss eines mit diesem Verbraucherdarlehensvertrag verbundenen Vertrags über die Lieferung einer Ware oder die Erbringung einer anderen Leistung gerichtete Willenserklärung nicht mehr gebunden*”. (Se, ao abrigo do § 495/1, revogar eficazmente a sua declaração de vontade emitida no contrato de mútuo, fica o consumidor desvinculado da declaração de vontade que tenha emitido num contrato com ele coligado que tenha por objecto o fornecimento de um bem ou a realização de uma outra prestação.)
37. M. Habersack, *Münchener Kommentar zum BGB*, 6. Auflage, 2012, § 358, Rn.1.
38. Ver, supra, no texto, ponto 2.1.
39. O argumento vale o que vale, mas merece uma referência: Fernando de Gravato Morais, Crédito aos Consumidores (que informa, no prefácio, ter participado “ativa e substancialmente na transposição da Diretiva 2008/48”), diz, na p. 88, que o n. 2 do art. 18º do RCCC contempla “quer a invalidade quer a *livre revogação*” (o direito de “*livre revogação*” é, como vimos, o meio jurídico que o legislador, no art. 15º, põe ao serviço do consumidor arrependido).
40. Para a hipótese em que o consumidor, com fundamento no incumprimento do vendedor, resolva o contrato de compra e venda (ou exerça o direito à redução do preço), o n. 4 do art. 18º do RCCC determina que ele “*não está obrigado a pagar ao credor o montante correspondente àquele que foi recebido pelo vendedor*”. A norma, que pressupõe a propagação do efeito extintivo da resolução do contrato de compra e venda ao contrato de crédito – embora aqui mediada, como parece resultar da alínea c) do n. 3, por uma autónoma resolução do segundo –, concentra a “liquidação” de ambos os contratos (consistente na execução das obrigações restitutórias pecuniárias resultantes da eficácia extintiva da resolução) na relação entre vendedor e o financiador, implicando que seja este, e não o consumidor, a suportar o risco de insolvência daquele (o vendedor). Quer dizer, resolvidos ambos os contratos, por incumprimento do vendedor, é sobre este que pesa a obrigação de restituição em face do financiador. Esta solução, sem dúvida vantajosa para o consumidor, tem a sua fonte, iniludivelmente, no § 358/4 do BGB, segundo o qual “em relação aos efeitos jurídicos da revogação, o mutuante

sucede, em face do consumidor, nos direitos e deveres do vendedor emergentes do contrato coligado, desde que a quantia mutuada tenha sido já entregue ao vendedor antes do momento em que a revogação se torne eficaz” (*“Der Darlehensgeber tritt im Verhältnis zum Verbraucher hinsichtlich der Rechtsfolgen des Widerrufs in die Rechte und Pflichten des Unternehmers aus dem verbundenen Vertrag ein, wenn das Darlehen dem Unternehmer bei Wirksamwerden des Widerrufs bereits zugeflossen ist”*). Em lugar de duas relações de liquidação (uma entre o vendedor e o consumidor, por um lado, e outra entre o consumidor e o mutuante por outro), o direito alemão concentra as obrigações de restituição das quantias pecuniárias em circulação dentro da esfera da coligação contratual na relação entre o vendedor e o financiador – ver Habersack, *Münchener Kommentar zum BGB*, 6.Auflage, 2012, § 358, Rn. 82. O que se estranha é que o legislador português, tendo importado a solução germânica, não inclua no seu âmbito de aplicação a hipótese de origem: a cessação dos contratos coligados por efeito do exercício do direito de arrependimento do consumidor (pois, como vimos, o n. 4 do art. 18º do RCCC apenas se aplica ao caso de resolução – ou redução de preço – do contrato de compra e venda com fundamento em incumprimento do vendedor).

41. O legislador refere-se ao “direito de livre resolução” que o art. 10º concede ao consumidor.
42. Ao contrário do que sucede com o RCCC, que não define a noção de “serviço acessório”, o art. 3º-e) do Decreto-Lei 24/2014 oferece uma definição de “contrato acessório”: “contrato ao abrigo do qual o consumidor adquire bens ou serviços no âmbito de um contrato à distância ou de um contrato celebrado fora do estabelecimento comercial, quando os bens ou serviços são fornecidos pelo profissional ou por um terceiro com base em acordo entre esse terceiro e o profissional”.
43. Sobre o conceito de “confluência normativa”, ver Karl Larenz, *Metodologia da Ciência do Direito*, 3.ª Ed., FCG, 1997, p. 373.
44. Sobre estes varáveis de coincidências de hipóteses normativas, ver Karl Larenz, *Metodologia da Ciência do Direito*, p. 376.
45. Karl Larenz, *Metodologia da Ciência do Direito*, p. 377.
46. Bem vistas as coisas, é mesmo defensável a tese de que, sendo-lhe cronologicamente posterior, a norma do RCCC revoga a norma do art. 16º/6 do Decreto-Lei 275/93. “Se uma das normas é anterior no tempo à outra, a mais antiga cede à mais recente, uma vez que deve aceitar-se que o legislador, ao estabelecer uma nova norma, quis abolir uma regra mais antiga em contrário” – Karl Larenz, *Metodologia da Ciência do Direito*, p. 373.
47. Aglutinando numa única as várias hipóteses de “conexão de contratos” (muito semelhantes àquelas que, em relação ao direito português, se referem no texto, no ponto 3 – o que se compreende, uma vez que se trata de normas que transpõem Diretivas da União Europeia) distintas do *Tatbestand* dos “*verbundenen Verträge*” (§ 358 do BGB), o legislador alemão, já em Setembro de 2013, introduziu, na mais recente redação do § 360 do BGB, uma nova figura, designada “*zusammenhängenden*

Verträge” (que talvez possa traduzir-se pela expressão “contratos interligados” ou, até, “contratos associados”). Sobre este novo instituto do direito germânico do consumidor (que só se aplica quando não se verifiquem os pressupostos do “*verbunden Vertrag*”), ver Domenik Henning Wendt/Barbara Lorscheid-Kratz, Das Wderrufsrecht bei “zusammenhängenden Verträge”, in BB, 2013, p. 2.434 e ss.